



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 13 - 2013/2017

Data da Sessão : 15 de Dezembro de 2015

Início da sessão: 17:00 horas

Términus da Sessão: 21:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe B. Matos, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, José Casimiro Pereira, Maria Manuela Mata Marques, Pedro Manuel Marques Jana, José Maia Marques, António Cardoso Lopes, João de Matos Filipe, António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, Manuel Luis Matos Cristovão, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

Faltas Justificadas: António Manuel Tavares Martins e Manuel Marques Dias

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta n.º 13 - 2013/2017
15 de Dezembro de 2015**

-----INICIO-----

--- Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze, pelas dezassete horas e minutos, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta de aquisição de unidades de participação no capital social da A. Logos.**
- 3) Discussão e votação de ratificação de deliberação de câmara relativa à desafetação de 60 m2 de bens do domínio público para a empresa Águas de Portugal.**
- 4) Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2016.**
- 5) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2016.**
- 6) Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**
- 7) Discussão e votação de proposta de devolução do IMI cobrado às entidades gestoras de Zif's IPSS's e Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação.**
- 8) Discussão e votação de Contratação de Empréstimo, a curto prazo, no valor de 200.000,00€, destinado a dificuldades eventuais de tesouraria.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais António Manuel Tavares Martins e Manuel Marques Dias, que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo o vogal António Manuel Poeiras Ludovino sido substituído pelo vogal Manuel Luis Cristovão e o vogal Manuel Marques Dias pelo vogal José Casimiro Pereira.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 12 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Setembro de 2015 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação à Câmara sobre como estão a funcionar os Transportes a Pedido no nosso concelho.

Continua solicitando entrega de resposta aos seus pedidos de informação, entregues na sessão de Setembro de 2014.

Solicita informação sobre o que tem sido feito e quais os resultados relativamente à poluição do Rio Tejo, que tem sido notícia nos últimos meses.

Questiona sobre possibilidade de construção de rotunda na estrada nacional 244, junto à estrada para Monte Penedo e para Ortiga.

Relativamente aos equipamentos municipais, nomeadamente o Campo de Tiro, em Cardigos, a Pista de Parapente, a Escola Fixa de Trânsito e o Parque Radical solicita informação se os mesmos têm sido usados com frequência a qual a fluência de pessoas aos mesmos.

Termina a sua felicitando a Câmara pela distinção que recebeu mais uma vez este ano de Autarquia Familiarmente Responsável.

--- O vogal João Filipe apresentou a seguinte proposta:

“Pelas piores razões o Tejo – o nosso Rio – desde há vários meses que está na ordem do dia.

Poluição, caudais anómalos por muito reduzidos e inconstantes, desde logo não oferecendo condições ecológicas mínimas e falta de conectividade são três factores tremendamente agressivos a um Património Natural, presentemente em Processo de Candidatura para Inscrição da Paisagem Cultural do Tejo Ibérico na Lista do Património Mundial da UNESCO, face aos quais, pela sua gravidade, não podemos institucionalmente ficar indiferentes.

Nessa linha e porque por esta ou aquela razão a maioria das comunidades taganas não tem conseguido chamar a atenção para a falta de saúde do rio e para a necessidade de sobre ele e suas maleitas se proceder, em conjunto com os Responsáveis pela Gestão Hídrica, à concepção de um Plano de Intervenção Global que permita e/ou obrigue as entidades públicas e/ou privadas causadoras desses males a desenvolverem projectos adequados à solução dos problemas, que são seus e não podem nem devem ser transferidos para a esfera pública, via recurso natural rio, nem que para a sua execução tenham de recorrer a fundos comunitários, sendo que neste caso os referidos projectos devem ser considerados como prioritários.

Pelo que nos é dado a perceber, estarão identificados os autores da poluição de que o rio sofre e os gestores dos obstáculos que ferem a conectividade do rio.

Assim e porque a defesa do rio Tejo é causa tão nobre que envolve todas as comunidades taganas e muito em particular a comunidade maçaense, proponho a formação de uma Comissão Municipal para o Rio Tejo, composta de seis membros, a representar e a encontrar do seguinte modo: Quatro membros da Assembleia Municipal – dois a indicar pela bancada do PSD e igual número a indicar pela bancada do PS – a estes quatro elementos associar-se-ão dois Vereadores do Executivo Camarário – um a indicar pelo PSD e um outro a indicar pelo PS.

Esta Comissão Municipal para o Rio Tejo terá como missão colaborar e trabalhar com as Entidades Governamentais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, vistos como um bem de utilidade pública e daí sujeitos a legislação específica concebida no sentido de garantir que esses recursos desempenhem o fim primeiro da sua existência, tendo presente o próprio entendimento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sobre esta matéria: “...O domínio público hídrico (DPH) diz respeito às águas públicas e compreende o domínio público marítimo (DPM), o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas, podendo pertencer ao Estado, às Regiões Autónomas e aos Municípios e Freguesias. Por se encontrarem integrados no domínio público do Estado, os bens, naturais ou artificiais, que o constituem estão submetidos a um regime especial de proteção em ordem a garantir que desempenhem o fim de utilidade pública a que se destinam, regime que os subtrai à disciplina jurídica dos bens do domínio privado tornando-os inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis.” (Guia de apoio sobre a titularidade dos recursos hídricos, preparado pelo Departamento do Litoral e Proteção Costeira – A.P.A.).

Do mesmo modo, empenhar-se-á na sensibilização de todas as entidades envolvidas, no sentido de que, antes de qualquer intervenção mais profunda a efectuar no rio, se proceda ao adequado estudo de impacto ambiental e à auscultação das comunidades taganas, via seus representantes autárquicos.”

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção agradecendo ao vogal João Filipe o documento apresentado e afirmando, em nome da bancada do PSD, que estão todos de acordo com a proposta apresentada, que considera muito pertinente. Mais refere que não fará parte da Comissão a criar dadas as funções que desempenha e de forma a deixar espaço para mais uma pessoa participar na mesma.

Relativamente à questão da construção do travessão construído no Rio Tejo, junto à empresa Pegop, informa que, logo que teve conhecimento do mesmo falou com o elemento da Associação SOS TEJO que divulgou a construção do mesmo e com responsável da APA para saber se aquela intervenção estaria licenciada ou não e ainda durante esse dia conseguiu obter a informação que aquela obra estava licenciada pela APA. Mais informou que, em conjunto com o Sr. Presidente da Câmara de Mação, falou com responsáveis da PEGOP e com a Sr^a Presidente da Câmara de Abrantes, tendo ambas as instituições referido que a obra estava licenciada. Foi ao local da obra com o Sr. Presidente da Câmara, bem como várias pessoas de Ortiga, da Associação SOS TEJO e outras e durante o fim de semana foi criada alguma pressão sobre a APA e a Pegop relativamente à mesma. Informou ainda que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) enviou técnicos ao local, no sábado, no domingo e na segunda feira e nesse dia a Pegop foi obrigada a alterar a obra que tinha sido feita, de forma, a pelo menos para já, possibilitar a passagem de água e peixes numa parte do travessão. Continua a sua intervenção informando que, hoje mesmo, visitou o local, acompanhado pelo Sr. Presidente da Câmara de Mação, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga, do Dr. João Filipe e de alguns membros da Assembleia Municipal de Abrantes, de responsáveis da APA e da Pegop e também alguns membros de associações ambientalistas de Mação e do Distrito de Santarém e, no meio de alguma confusão, hoje conseguiram-se conciliar vontades, falar abertamente com toda a gente e, o mais importante de tudo é que a Pegop, apesar de ter a obra licenciada, mostrou disponibilidade para fazer as obras necessárias para alterar aquele pontão de forma a não prejudicar a navegabilidade do Tejo naquele local. Refere este foi um problema do Tejo que parece ter sido resolvido com um consenso, no entanto, vai solicitar um parecer técnico à APA sobre aquele projecto pois, segundo algumas opiniões, aquele tipo de projecto já não se faz daquela maneira nos dias de hoje. Mas este é um pequeno problema do Tejo porque este rio tem muitos outros problemas que não se resolvem com meras acções nem com projectos de solução, pois a poluição do Tejo não vai desaparecer rapidamente porque para isso teriam de ser fechadas várias empresas que laboram ao longo do Tejo.

Termina a sua intervenção referindo que aquilo que é garantido é que a fiscalização tem de ser cada vez mais próxima e cada vez mais influente.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à viabilidade de instalação de uma ciclovia na entrada sul a Mação, o Sr. Presidente

informou que a questão seria colocada à equipa projectista e por isso solicita informação sobre este assunto.

Continua a sua intervenção referindo que foi aprovada uma proposta do vogal Duarte Marques na sessão desta Assembleia de Fevereiro sobre projecto de Orçamento Jovem e solicita informação sobre se este projecto estará ou não em andamento.

Termina a sua intervenção referindo que teve conhecimento do Edital de reajustamento dos preços da água e do saneamento e solicita informação sobre se as populações das povoações que não têm saneamento também pagam saneamento.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que considera digno de registo o trabalho que está a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na área de Gestão Territorial e na área da Educação. Considera que o trabalho que está a ser feito por um grupo de trabalho da Comunidade na área da Educação é excelente e que estão a ser dados passos importantes para que toda esta região tenha uma melhor educação, quer na oferta educativa, quer na gestão de alunos. Em seguida apresentou a seguinte proposta:

“Considerando que a mobilidade no interior se apresenta se apresenta muito mais complexa do que no litoral dado que todos os movimentos por motivos pessoais ou profissionais, têm que ser concretizados em transporte próprio pela inexistência de transportes coletivos;

Considerando que quem se desloca de e para Mação utiliza de forma obrigatória, a A23 dada a pouca qualidade e, conseqüentemente, pouca segurança das vias alternativas; Considerando que os custos da A23 são muito mais elevados do que a maior parte das autoestradas nacionais;

Propõe que a Assembleia Municipal de Mação recomende e solicite ao Conselho Intermunicipal do Médio Tejo que desenvolva todos os esforços junto das Comunidades Intermunicipais servidas pela A23, da Assembleia da República e do governo para que sejam revistos os valores cobrados pela utilização da A23 tendo em conta os aspetos altamente lesivos para a economia da região, bem como os aspetos relacionados com a segurança rodoviária, motivados pela concentração de tráfego nas vias alternativas.”

Foi, em seguida, colocada à votação a admissão da proposta apresentada, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando a referida proposta à votação. A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção solicitando à Câmara para, se possível, na edição de 2016 da Ruas Enfeitadas do Pereiro, todos os fontanários daquela povoação tivessem água a correr e os visitantes possam usufruir desse bem.

Continua a sua intervenção informando que os arruamentos de Casas da Ribeira e Castelo estão em muito mau estado e solicita informação sobre se há alguma intervenção prevista para estes arruamentos.

Refere que tem verificado que a Câmara anda a levar a efeito intervenções de limpeza de bermas e aquedutos em algumas das nossas estradas municipais e solicita que continuem essas intervenções pois são muito importantes e necessárias.

Relativamente à Protecção Civil Municipal solicita informação sobre se o Conselho Municipal de Protecção Civil continua ativo e sobre o envolvimento das Juntas de Freguesias nestas matérias.

Termina a sua intervenção solicitando informação sobre se o Município de Mação recebe algum benefício da Pegop.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao Transporte a Pedido, a afluência de pedidos e utilização está estabilizada ao longo dos dias, não tendo havido uma evolução significativa. Mais informa que a avaliação que hoje é feita deste projecto é positiva, tendo em conta os gastos que a Câmara de Mação agora está a ter que ronda os 700,00€ mensais, valor muito mais compatível com as nossas possibilidades do que o valor que se verificou no início do projecto. Informa ainda que alguns municípios estão a implementar este projecto de forma um pouco diferente da nossa, não tendo o serviço disponível todos os dias e talvez este serviço seja reavaliado de novo em breve, no entanto, em algumas localidades nota-se bem a importância social deste serviço.

Relativamente ao pedido de informação, apresenta as suas desculpas pelo atraso da entrega da resposta e o mesmo será entregue o mais depressa possível.

No que diz respeito aos problemas do Rio Tejo, informa que partilha das preocupações do vogal António Reis pois, como se pode ver na comunicação social e redes sociais, o problema da poluição se mantém. Refere que, da parte da Câmara de Mação, que era também uma entidade poluidora por causa do problema do “tolan”, existe agora uma maior tranquilidade pois já não contribui para a poluição do Rio Tejo mas não pode baixar os braços pois continua a verificar-se que a poluição do Rio Tejo continua a ser uma realidade e todos devemos continuar a lutar para inverter esta situação. Mais informou que, relativamente às duas Etar’s de Ortiga, as Águas de Portugal, entidade

responsável pelas mesmas, já foram notificadas no sentido de resolverem o problema de poluição que ali têm.

Relativamente à rotunda de Monte Penedo, informa que não está prevista para o próximo ano a construção de uma rotunda naquela confluência de estradas, não querendo dizer com isto que a mesma não fosse necessária, não está projectada.

Em relação aos equipamentos municipais mencionados pelo vogal António Reis, informa que o Campo de Tiro tem estado a ser utilizado pela Associação de Caçadores de Cardigos mas é um equipamento municipal e poderá ser utilizado por qualquer outro grupo de munícipes. No que concerne ao parapente, não existe equipamento municipal, é um espaço natural que se adequa àquela modalidade. Relativamente à Escola Fixa de Transito, a mesma não tem tido a utilização que teve em anos passados pois abriram equipamentos similares em concelhos vizinho e o interesse por estas escolas diminuiu bastante devido ao avanço tecnológico e daí a Câmara ter deliberado ceder aquele espaço à Associação Mac TT para lá desenvolver as suas actividades mas sem por em causa a função para que aquele equipamento foi construído.

Sobre a proposta apresentada pelo vogal João Filipe, refere que o executivo apoia esta Comissão, considera que a existência da mesma faz todo o sentido e a Câmara far-se-á representar e dos eleitos do PSD será o Vice Presidente António Louro a integrar a referida Comissão. Relativamente aos eleitos do PS, o assunto será discutido em reunião de Câmara mas está convencido que também se farão representar na mencionada Comissão.

Em relação à questão colocado pelo vogal José Fernando Martins, informa que a Câmara de Mação recebe uma comparticipação da Pegop por ser uma empresa produtora de energia no valor de cerca de 40.000,00€ / ano, conforme a produção.

No que concerne a questão da inclusão da ciclovia no projecto de reabilitação da entrada sul de Mação, informa que a proposta foi apresentada à equipa de projetistas e o que lhe foi transmitido foi que a inclusão da ciclovia é muito complicado mas ainda não há uma decisão definitiva quanto a esse assunto.

Relativamente à Tabela de Preço da Água, informa que é a mesma que foi aprovada em 2009, somente foi ajustado o preço da água e saneamento e, conforme foi deliberado na altura, as pessoas que não têm saneamento não pagam a taxa de saneamento, pagam apenas o serviço de limpeza das fossas quando o requerem.

Em relação á questão dos arruamentos de Castelo e Casas da Ribeira, refere que são duas situações complicadas da União de Freguesias que têm de ser resolvidas mas ainda não há calendarização para as mesmas.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente às fontes da povoação de Pereiro, refere que é intenção da Câmara ter as mesmas a funcionar em Agosto, pois é necessário fazer os ramais de abastecimento.

Em relação ao envolvimento dos serviços de Protecção Civil Municipal com as Juntas de Freguesia, informa que tem sido mantido um contacto de proximidade e de ligação com as mesmas pois considera que as mesmas são um “braço” extremamente importante na sociedade civil e que importa, nestas questões de protecção civil, envolver todos pois todos somos “protecção civil”.

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo vogal João Filipe. A Admissão da proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi colocada a referida proposta à discussão e durante este período foram indicados pelas bancadas os seus representantes.

Assim, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e sendo os representantes desta Assembleia Municipal na Comissão Municipal para o Rio Tejo o vogal João Filipe, o vogal Cardoso Lopes, o vogal João Ferreira e o vogal José António Almeida. Os representantes da Câmara serão comunicados após a próxima reunião de Câmara onde o assunto será discutido, uma vez que os eleitos do PS não estão presentes nesta sessão.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e facturas para pagamento, bem como da listagem de compromissos plurianuais assumidos e a assumir durante o ano de 2015 e com repercussão em 2016 e seguintes.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta de aquisição de unidades de participação no capital social da A. Logos.**

O Sr. Vereador Vasco Marques inicia sua intervenção referindo que a direcção da A. Logos, após análise das contas daquela entidade que indicaram uma grande debilidade financeira, entendeu que, para garantir a sobrevivência da mesma, os municípios, fundadores da mesma adquirissem unidades de participação para assim garantirem que a A. Logos se possa munir dos equipamentos e condições financeiras para dar um passo em frente e continuar a laborar. Mais informou que a Câmara Municipal de Abrantes disponibilizou-se para fazer uma injeção de capital no valor de 150,000,00€ e, na proporção do capital social de que são detentores e por uma questão de solidariedade institucional e uma vez que todos usufruem dos serviços da A. Logos, os municípios de Constância e Mação fariam uma injeção de capital de 5.000,00€ cada uma. Informou ainda que foi iniciada uma profunda reestruturação da entidade de forma a garantir a mudança de rumo e o futuro da mesma.

Assim, propõe-se que o Município de Mação adquira unidades de participação da A. Logos, no valor de 5.000,00€.

---O vogal António Cardoso Lopes refere que a bancada do Partido Socialista considera que a A. Logos deve encontrar uma solução definitiva para os problemas que atravessa e concordam com a aquisição de unidades de participação da A. Logos, no valor de 5.000,00€ mas como uma última vez, para viabilizar a reestruturação da entidade.

Em seguida foi colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de ratificação de deliberação de câmara relativa à desafetação de 60 m2 de bens do domínio público para a empresa Águas de Portugal.**

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que se trata da desafetação de 60 m2 de terreno público para as Águas de Portugal, junto aos prédios do Calvário, que são necessários para a construção dos novos depósitos de abastecimento de água à vila de Mação. Mais informou que a Câmara já tomou a decisão, uma vez que é pouco e necessário para a instalação dos referidos depósitos, mas a competência é da Assembleia Municipal pelo que solicita a ratificação da deliberação tomada em reunião de Câmara.

Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação da proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2016.**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que o executivo se sente confortável com os documentos apresentados pois considera que os mesmos são exequíveis e adequados à nossa realidade económica e financeira e que poderão ser importantes para responder às necessidades mais prementes dos munícipes.

Continua referindo que ainda existe uma certa dose de incerteza em vários aspetos da gestão municipal que virão seguramente a condicionar a acção do executivo que são o facto do Portugal 2020, para as autarquias, estar completamente parado e bloqueado e também não é ainda conhecido o Orçamento de Estado para 2016 que pode vir a influenciar a acção da Câmara.

Relativamente às áreas que o executivo tem considerado como estruturantes e mais importantes para a sua acção política desde o início do mandato, para 2016 destaca:

- No Apoio Social e o Apoio às Famílias refere que, conforme estava previsto no programa eleitoral e, desde sempre assumido, iremos concretizar o fornecimento gratuito das refeições às crianças do Pré-Escolar e 1º Ciclo do concelho de Mação. Informou que, nesta área, é intenção da Câmara, como já foi discutido em reunião de Câmara, a possibilidade de instalação de um Centro de Actividades Ocupacionais para jovens deficientes nas instalações do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mação. Este projecto tem boas possibilidades de vir a ser uma realidade e nesse sentido foi previsto uma verba do empréstimo aprovado neste Assembleia e que foi agora visado pelo Tribunal de Contas.

- Na área da Educação, Conhecimento, Cultura e Cidadania, refere que a autarquia vai manter inalterável o apoio ao Agrupamento de Escolas nas mais diversas áreas dentro do que for possível. A Câmara vai manter também o apoio ao Museu e realça a criação de núcleos museológicos nos Envendos (Indústria do Presunto) e na Ortiga (Artes da Pesca).

-No Apoio às Empresas e Agentes Económicos refere que esta é outra das prioridades da autarquia, informando que as instalações do GEMA deverão estar concluídas no início do próximo ano para poderem prestar um maior e melhor apoio aos empresários do concelho e vai ser realizado um Encontro de Empresários do Concelho de Mação para que, de uma forma clara e aberta possamos falar do empreendedorismo no concelho. Refere ainda que se encontram em processo de aquisição, os antigos

pavilhões da Aji Transportes, na Zona Industrial das Lamas, para que ali surja um Ninho de Empresas dedicado a pequenos agentes económicos para iniciarem as suas atividades, apreços simbólicos, sem terem necessidade de adquirir terrenos ou construir pavilhões novos de raiz. Mais refere que não pode garantir que a Câmara possa de uma só vez dotar todo o espaço em vários pequenos pavilhões pois será um investimento muito avultado.

- No que diz respeito à Gestão Territorial, Turismo, Património, Floresta/Agricultura e Produtos Endógenos, Associativismo e Desenvolvimento Rural informa que o Plano de Desenvolvimento Local está a ser ultimado e que em breve será apresentado publicamente. Mais informou que a Câmara vai também implementar um novo plano de intervenção florestal no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio e das medidas que nele vêm definidas nesta área para que fique definido aquilo que a Câmara pode ou não fazer nesta matéria e para que possamos dar, quer às associações, quer aos proprietários, mecanismos para eles próprios poderem avançar em projectos nesta área. Mais informa que, durante o ano, vai ser feita uma aposta forte na promoção do concelho com a realização de vários eventos por parte de associações e outras entidades que têm colaborado com a Câmara e deixa a hipótese de, este ano, a Feira Mostra poder ter cinco dias.

- Na Saúde, Bem-Estar, Desporto e Lazer refere que a autarquia vai apostar no implemento das atividades desportivas e na manutenção dos espaços de lazer.

- No que diz respeito a Infraestruturas e Obras Públicas refere que estão devidamente dotados nesta matéria em termos orçamentais as obras que estão previstas no contrato de financiamento que foi feito e aprovado pelo Tribunal de Contas, e haverá muito pouca margem para se fazer muito mais que isso apesar de se ir manter o esforço de manutenção de arruamentos e rede viária.

- Em relação à Juventude refere que o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Jovem terá de ser uma realidade em 2016 bem como a tentativa, uma vez mais, de dinamização do espaço que está disponível para o Gabinete ao Jovem Empresário possa ser utilizado pelos mesmos.

- Na Comunicação e proximidade com o Município informa que o executivo vai recomeçar as visitas às freguesias do concelho, indo ao encontro da população conforme foi feito em 2014. Mais informou que irá ser realizado o II Encontro de Maçaenses na área metropolitana de Lisboa em data a definir e em moldes a decidir em

conjunto com todos pois é uma actividade que considera ter muita importância para o concelho e

Chama a atenção para os Serviços neste Plano, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de um camião-cisterna para limpeza de fossas que representa um investimento na ordem dos 80 a 90 mil euros, e também a aquisição de um autocarro porque o existente vai fazer 16 anos e com essa idade já não pode transportar crianças, no próximo ano e representa um investimento de cerca de 200 mil euros, que é muito considerável.

O Sr. Presidente continua a sua intervenção referindo que está a ser implementada a contabilidade de custos, o que vai implicar que os serviços da Câmara sejam monitorizados de uma forma muito mais adequada e que seja possível haver um controlo maior do que o que se tem verificado.

Refere que, mau grado o maior arriscar que o executivo tem feito, não pode ultrapassar determinados limites, quer por uma questão de bom nome da Câmara Municipal, quer por constrangimentos legais e também sem utilizar todos os instrumentos que tem ao seu dispor, nomeadamente em termos de política fiscal que a Câmara podia utilizar.

Considera que este Plano irá corresponder aos desafios que o concelho tem pela frente e que poderá contribuir para responder a algumas necessidades prementes que o concelho tem, tentando criar maior dinamismo e tentar promover o concelho pela positiva, trabalho esse que só será possível se tiver a colaboração das pessoas, das associações e dos empresários.

Relativamente ao Orçamento, refere que o mesmo tem uma dotação de 11.600.000,00€, uma diminuição de cerca de 2,7% em relação ao Orçamento rectificativo do ano passado. Mais refere que está aqui a ser previsto as verbas contratualizadas no empréstimo bem como algumas verbas que ainda temos a receber de obras candidatas ao último Quadro Comunitário de Apio.

Termina referindo que o executivo está convencido que tudo, ou quase tudo o que está neste documento previsto realizar no próximo ano, poderá ser concretizado.

---O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que este documento não traz grande coisa de novo, considerando que o mesmo é uma repetição dos anos anteriores com exceção da aquisição do autocarro e do empréstimo a longo prazo. Considera que se podia ser mais arrojado e mais discriminado, nomeadamente no que diz respeito aos arruamentos onde se espera intervir, o que tornaria o documento mais transparente e que daria uma visão mais ampla do que se pretende realizar.

Considera que o trabalho desenvolvido na área social tem sido bom e que a Câmara se pode orgulhar do que tem feito nesta área.

--- O vogal Manuel Luis Cristovão inicia a sua intervenção apresentando votos de Boas Festas a todos os presentes.

Espera que a Câmara consiga levar a efeito tudo o que se propõe pois será bem para o concelho e para todos nós. Considera que deveriam vir enumerados os arruamentos que vão ser intervencionados e espera que alguns arruamentos de S. José das Matas sejam contemplados.

Espera também que as obras que vão ser iniciadas no primeiro semestre de 2016 não sejam finalizadas em 2017.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que o documento apresentado é um documento cuidado quanto à forma e quanto ao conteúdo. Considera também que o mesmo é um documento honesto pois está na linha daquilo que foi o programa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara e as áreas que aqui são apresentadas são aquelas com que se apresentou para escrutínio eleitoral.

Refere que gostaria de ver no documento alguma abertura no sentido de fazer qualquer coisa para atrair famílias para o concelho de Mação, que sabe não ser fácil mas que considera necessário.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção salientando a boa apresentação do documento apresentado, simplificado na forma e de fácil compreensão. Mais refere que o mesmo é realista nos valores expressos mas que existem algumas rubricas que importava desdobrar, objetivar e quantificar para se saber o que a Câmara pretende efectivamente fazer para depois poder ser avaliado devidamente na prestação de contas. Considera que as verbas para as Associações e as Juntas de Freguesia deveriam ser um pouco mais elevadas dada a sua importância na dinâmica do concelho.

--- O vogal João Filipe intervém para cumprimentar a Câmara por ir recuperar o edifício do antigo Quartel dos Bombeiros para o Centro de Actividades Ocupacionais pois irá dar vida à vila de Mação com um equipamento de muita importância para todos e ainda poderá fazer alguma poupança nos transportes pois neste momento a Câmara transporta os utentes do concelho de Mação para Abrantes.

Colocado à votação, o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com oito abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2016.**

Presente proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano 2016, que fica anexa aos documentos da presente reunião.

O Sr. Presidente informa que não foram abertos os concursos para admissão de pessoal aprovado no ano passado devido às restrições legais que a Câmara tem para admissão de pessoal e por isso propõe neste Mapa de Pessoal é o acréscimo dos três lugares do ano passado mais dois lugares para o Quadro de Pessoal:

- um funcionário para o serviço de Higiene Urbana
- um funcionário para o serviço de Cemitérios
- dois funcionários para o serviço de Infraestruturas Viárias e Arruamentos
- um funcionário em comissão de serviço para preencher um lugar de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**

O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta:

Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos

pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Considerando que existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro).

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista

no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 04 de dezembro de 2014.
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Colocada à votação, a proposta apresentada no ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de devolução do IMI cobrado às entidades gestoras de Zif's IPSS's e Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação.**

---O Sr. Presidente refere que, mais uma vez este ano, a Câmara propõe que seja devolvido o valor do IMI cobrado às entidades gestoras de Zif's, IPSS's e Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação.

Colocado à votação, o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de Contratação de Empréstimo, a curto prazo, no valor de 200.000,00€, destinado a dificuldades eventuais de tesouraria.**

---O Sr. Presidente intervém para referir que a Câmara de Mação decidiu este ano, e pela primeira vez utilizar esta prerrogativa que a Lei das Finanças Locais lhe dá de poder contratar um empréstimo de curto prazo, no valor de 200.000,00€ para acorrer a eventuais dificuldades de tesouraria sem haver uma dilatação nos prazos de pagamento, pois nos termos da lei este empréstimo terá de ser amortizado durante o ano de 2016.

Colocado à votação, o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

SR. JOSÉ MARIA MARQUES

Presente na sessão, o Sr. José Maria Marques, residente em Mação interveio para desejar a todos os presentes Boas Festas e um bom 2016.

SR. SEBASTIÃO MATOS

Presente na sessão, o Sr. Sebastião Matos, residente em Ortiga que interveio para apresentar a nova Associação de Defesa do Ambiente, mais comumente denominada por Associação SOS TEJO que nasceu em Ortiga e tem como objectivo a defesa do Rio Tejo. Mais refere que esta associação foi derivada de um movimento de defesa do ambiente que divulgava e chamava a atenção para os problemas de poluição e crimes ambientais do Rio Tejo e mantém esse objectivo apesar de agora ter mais direitos e deveres ao ter sido convertida em associação. Refere ainda que já foram chamados a intervir devido aos problemas recentes no Rio Tejo e deixa um exemplar dos estatutos da referida associação.

O Sr. Presidente da Câmara refere que a Câmara se congratula com a criação de mais uma associação no nosso concelho e já recebeu os responsáveis da mesma e já lhe foi disponibilizado o Regulamento Municipal de Apoio a Associações do Concelho de Mação e agradece a intervenção junto da defesa do Rio Tejo, das populações ribeirinhas, nomeadamente em Ortiga.

Deseja a todos Boas Festas e um Bom Ano Novo.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deseja a todos os presentes Boas Festas e dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.